



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina - Pr - ISSN 2175-960X

ATITUDES SOCIAIS, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATUAREM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: TEXTOS E CONTEXTOS.

ORRICO, HELIO FERREIRA- UNESP¹- Bolsista CAPES

Justificativa:

Entre o indivíduo e a sociedade existe um campo de interseção complexo onde as interações são marcadas por negociações nem sempre bem sucedidas. Esforços de ambas as partes são necessários para que o produto da interação seja adequado às expectativas do coletivo e do individual.

Por outro lado, instâncias de intermediação devem existir para que o equilíbrio das relações aconteça por meio do bom senso e da possibilidade de interlocuções fundamentadas em argumentos que visem o aperfeiçoamento do modelo social. As ações pautadas na razão e no desenvolvimento tecnológico têm influenciado a produção de um sentido voltado para um contexto de inclusão social.

As teorias fundam paradigmas que norteiam as condutas profissionais. Protocolos são criados no sentido de nortear práticas de profissionais, que na atualidade devem não mais fazer uso do ensaio e erro no desempenho profissional. É intolerável que profissionais se direcionem por reações emotivas que impactem as interações como os usuários de seus serviços sejam eles alunos, pacientes ou clientes.

Nesse sentido, a formação de qualquer profissional deve incluir conteúdos que os capacitem para um desempenho que possa dar conta de estabelecer convergências entre teorias e práticas, contemplar um grau de objetividade capaz de entender as subjetividades que existem em todos nós.

É na perspectiva de contemplar o afetivo, o cognitivo e o comportamental de que trata a teoria das atitudes sociais aplicada a formação de recursos humanos para atuarem em educação especial, que proponho o presente texto, que busca estabelecer uma panorâmica sobre perspectivas e delineamentos que compõem o contexto atual da educação especial e a formação de recursos humanos.

Método

O método do estudo consiste numa análise dos conceitos da teoria das atitudes sociais baseados nos estudos de Festinger (1992), Rodrigues (1992) e Omote (2004) como subsídios para a compreensão dos fenômenos atitudinais e os impactos no processo de formação de recursos humanos para atuarem com alunos com deficiência.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista/ Marília- Mestre em Cognição e Linguagem (Universidade Estadual do Norte Fluminense), Psicólogo. Rua Quintino Bocaiúva 50, centro, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, CEP 25010-280- helioorrico@uol.com.br



Discussão

O estudo das atitudes tem sido desenvolvido pela psicologia social, por elas determinarem as reações de pessoas diante de um objeto específico, e tudo culturalmente que se envolva a este objeto; tais como o próprio ajustamento social e a proteção contra o reconhecimento de verdades indesejadas.

As atitudes também são a base para a formação do preconceito, da violência e outras formas de discriminação, que no campo das ciências humanas, e em particular as ciências da educação, necessitam considerar para o melhor entendimento do fenômeno educacional e da promoção do bem estar humano. Neste sentido, trabalho com o conceito inicial definido por RODRIGUES (1992) de que atitude é uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto.

As atitudes são variáveis intervenientes (não observáveis), mas presentes em todos os comportamentos observáveis. Elas se compõem através de três eixos: o cognitivo, afetivo e o comportamento. O eixo cognitivo relaciona-se ao conhecimento que a pessoa possui acerca do objeto atitudinal, no caso de nosso estudo o conhecimento acerca de alunos com deficiência e estratégias pedagógicas para incluí-los. O segundo eixo das atitudes vincula-se ao componente afetivo, os sentimentos favoráveis ou desfavoráveis ao objeto atitudinal. O terceiro, refere-se ao comportamento, à predisposição coerente com os eixos afetivo e cognitivo. Leon Festinger psicólogo social, citado em RODRIGUES (1992), apresentou a Teoria da Dissonância Cognitiva, no campo do surgimento das atitudes e a estudou no que concerne ao aparecimento e manutenção dos preconceitos e estereótipos, apontando como resolução da mesma, o investimento na mudança de valores. Considerando o objeto inclusão educacional, estudos sobre atitude têm emergido no cenário acadêmico, tais como o de OMOTE (2005) que apresentou pesquisa sobre construção de uma escala de mensuração de atitudes sociais em relação à inclusão. A partir de temas e subtemas relacionados à inclusão, identificados em um corpo de textos foi elaborada uma escala Likert com 100 itens e cinco alternativas para que o entrevistado determinasse seu grau de concordância ou discordância com relação ao enunciado. Esta versão da escala denominada ELASI (Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão), em duas versões A e B foi aplicada e analisada através de recursos estatísticos do t de student e o qui-quadrado, que demonstrou um grande número de itens com concordância. Estes estudos vêm demonstrando que o estudo acerca das atitudes sociais é fundamental para o entendimento das interações

humanas, interações estas que podem promover exclusão, inclusão, sucesso ou fracasso social.

As pessoas com deficiência visivelmente encontram-se excluídas do processo de escolarização. Em que pese à educação brasileira há grande número de políticas públicas voltadas para este público.

As recomendações da atualidade para que se criem oportunidades educacionais para pessoas com deficiências somadas aos dispositivos legais que prescrevem medidas de acessibilidade apresentam um panorama profícuo para que se possa discutir as atitudes sociais de formandos e de formadores de profissionais em educação especial na perspectiva da inclusão, onde tanto a formação acadêmica, quanto a formação continuada de profissionais que atuam na educação seja cada vez mais efetiva.

Pois como afirma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“A implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras deve incidir sobre a rede de relações que se materializa através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.”(epígrafe da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva).

Do ponto de vista dos conceitos a educação implica na mudança de comportamento. Educadores formam cidadãos para atuarem numa sociedade que se repensa e se reconstrói, dentro de paradigmas que buscam dar conta das necessidades de participação social e garantia da dignidade, sem se constituir em privilégio para tal ou qual classe ou peculiaridade humana.

A formação de recursos humanos de um modo em geral tem sofrido nas últimas décadas uma sensível mudança com visão de um novo profissional, que deve ter uma visão holística, ou seja, ser capaz de enxergar o todo. Não se prender a uma única forma de apreender os contextos situacionais, que são multifacetados, envolvendo múltiplos olhares.

Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil a educação de pessoas com deficiências vem ocupando lugar de destaque nas ações governamentais. O cenário social indica adoção de medidas inclusivas em todas as áreas. No entanto, a área mais sensível é a área da educação. Na atualidade, em todas as áreas os legisladores, teóricos sinalizaram para ações afirmativas direcionadas para inclusão de grupos vulneráveis.

Diante deste contexto as escolas que a princípio atuavam dentro do modelo da especialização, ou seja, escolas para cegos, escolas para surdos, escolas para deficientes intelectuais flexibilizaram-se para um modelo denominado integração, cuja premissa era a de preparar a pessoa com deficiência para a vida em sociedade.



A partir desta perspectiva o profissional de educação que pretendia trabalhar com pessoas com deficiência necessitava ter uma formação que desse conta das especificidades. Os recursos educacionais tinham que serem moldados dentro destes paradigmas. Os recursos humanos deveriam apostar ou não na socialização do aluno com deficiência.

As atitudes sociais em face dos contextos tecnológicos da época tendiam a restringir mais o acesso da pessoa com deficiência à sociedade. O aluno com deficiência era categorizado pelas características causadas pela deficiência, do que pelas suas possibilidades de superação.

Especialistas tinham firmes condutas terapêuticas e pedagógicas, sendo capazes de prever o fracasso do aluno e pleno êxito na diagnose da não aprendizagem, não inclusão, não sucesso dos investimentos na pessoa com deficiência. Apenas poucos iluminados conseguiam escapar das profecias.

A formação dos recursos humanos para atuarem com pessoas com deficiências era respaldada por teorias que não atentavam para a subjetividade humana e não valorizavam as possibilidades de investimento nestes sujeitos, para que fossem capazes de superar suas defasagens. Por outro lado há uma década quando a discussão sobre inclusão chega ao Brasil, uma nova tendência atitudinal entre os educadores foi a de minimizar as deficiências no contexto educacional. Esta atitude de normificação da deficiência (OMOTE, 2004) difundiu-se nos sistemas de ensino e, em diversos locais ocasionou a redução da oferta de modalidades da Educação Especial.

Pois como afirma Omote (2004):

A visão romanesca de inclusão, o que negligencia a realidade biológica de condições incapacitantes, pode representar um retrocesso na concepção acerca das deficiências. De um lado, há uma enorme necessidade de que mitos, credices e estereótipos, infundados e inferiorizantes, acerca de deficientes precisam ser desmontados, acerca de deficientes precisam ser desmontados, para que a conduta em relação a estes não seja orientada por aqueles. Por outro lado, precisamos estar especialmente atentos para não criar situações que encorajem o processo de normificação, fazendo o deficiente passar por normal, simplesmente ignorando suas dificuldades, limitações e impedimentos. Argumentos superficiais e até levianos de que se trata apenas de diferenças quaisquer podem contribuir para a institucionalização da normificação. (p.7)

Na década de 90 a demanda de que teríamos que avançar mais na iniciativa de reduzir as desigualdades por meio de ações educacionais e a concepção de que todos deveriam ser contemplados com ações da educação fez mudar a tendência atitudinal de alguns profissionais da educação acerca da pessoa com deficiência.

Surgem esforços no sentido de investir em profissionais de educação mais flexíveis em seus diagnósticos pedagógicos, tornando-se assim uma tendência olhada com desconfiança por uns e empolgação por outros. Não podemos esquecer que as resistências radicais a inclusão educacional em muitos casos permanece até a atualidade.

Do ponto de vista teórico as universidades têm importância fundamental na superação de modelos, que preexistiram e na atualidade encontram - se disfarçados com um discurso politicamente correto e uma prática inconsistente no lidar com alunos com deficiências. Os referentes, ou seja, os professores que formam os professores possuem um papel fundamental na formação das novas gerações de educadores.

Um quadro revelador de que é necessário aperfeiçoar a formação de profissionais para atuarem na educação especial é a dificuldade de se pensar em especificidades. Os profissionais tentam pensar em soluções que têm por fundamento a homogeneidade, esquecendo se que a aprendizagem dos conteúdos acadêmicos é individual. Aprender é um trabalho de introspecção. As representações mentais formuladas na aprendizagem são de cunho individual. Embora o compartilhar do que se aprendeu seja coletivo.

No sentido de contribuir para uma concepção de educação, em que profissionais da educação sejam da área pedagógica ou demais áreas que tenham interface com ações educacionais é importante que os princípios norteadores estejam com a convicção que a homogeneidade não é positivamente uma condição dos grupos humanos.

Os diferentes matizes que compõem não só o indivíduo, como também a humanidade são elementos mais que necessários para se pensar numa educação que aproveite desde o início da formação do educador, seja aquele que atuará em Educação infantil, Básica ou Superior a noção de que a diversidade é condição intrínseca ao humano.

As recomendações e os contextos descritos nas teorias e construtos relacionados a educação especial dão conta do individual e do coletivo, da especificidade e da generalidade. Aspectos unívocos e múltívos são elencados e compõem uma complexidade de saberes e fazeres, que exigem dos recursos envolvidos na educação da pessoa com deficiência atitudes sociais favoráveis a oferta de suporte e a inclusão das pessoas com deficiências.

É por esta característica da Educação Especial que ela é importante na formação de educadores para que estes desenvolvam atitudes positivas em relação à diversidade humana.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva objetiva assegurar a inclusão educacional de educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

“A formação do professor para atuar na modalidade da educação especial deve contemplar a concepção de educação especial que passa a desenvolver suas ações de forma complementar ou suplementar a educação comum e não mais de forma substitutiva. Esta formação é obtida em cursos de graduação, pós-graduação e de formação continuada para o atendimento educacional especializado incluindo além do conhecimento da área, o estudo dos casos, o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação dos planos de atendimento educacional especializado.”



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

Considerações finais

Os valores, as crenças e atitudes adquiridos /ou modificados durante a formação acadêmica por força da exposição do graduando aos conteúdos deveria fazer surgir condutas profissionais mais condizentes com a tendência de uma educação inclusiva, porém nem sempre é o que se observa na práxis pedagógica.

Como destaca Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

“A visão de direitos humanos avança em relação à idéia de equidade formal expressa no princípio de igualdade de oportunidades, passando a contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola, reconhecendo que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino nas esferas federal, estadual e municipal evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las”

Considerar estudos acerca da formação de atitudes no contexto da interação humana nos processos de elaboração nos cursos de formação de profissionais seja em âmbito de graduação, pós - graduação ou educação continuada reveste-se hoje como uma das possibilidades de superação das desigualdades e exclusão social.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Declaração de Salamanca: enquadramento de ações para pessoas portadoras de necessidades especiais*, 1994.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil*, 1996.

FERNANDES, E.M. *Educação para todos- saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências*. Em: Benjamin Constant/ MEC, ano 5, nº 14, p.3-10. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1999.

FERNANDES, E.M ; ORRICO, H.F. *Acessibilidade e inclusão social*. Rio de Janeiro: Deescubra, 2008.

FESTINGER, L.A. *teoria da dissonância cognitiva*. Em RODRIGUES, A. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1992 .

OMOTE, S. *Inclusão: da intenção à realidade*. Em *Inclusão: intenção e realidade*. Marília, Fundepe, 2004, p.1-9.

_____. *A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares*. Em *Revista Brasileira de Educação Especial*. Universidade Estadual Paulista. v.11, nº 1, 2005. Marília: ABPEE/ FFC – Unesp, p.33-48.

ORRICO, H. *Para além dos modelos: Uma reflexão sobre os discursos que abordam a inclusão social da pessoa com deficiência*. *Anais do XI Congresso Nacional da FENASP: Inclusão Responsabilidade Social*. Niterói: Nota Bene Editora, 2005.



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

_____ A inclusão social da pessoa portadora de deficiência: discursos e práxis institucional. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2005.

RODRIGUES, A . *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1992.